

ATA DA ESCUTA ESCOLAR

Ao 26 dias do mês de Outubro de 2017, na escola **Centro Municipal Matheus Henrique de Castro Santos**, reuniram-se para a Escuta Escolar, a representante do Ministério Público Estadual do Tocantins, a Promotora de Justiça da 21ª Promotoria da Capital, Dra. Zenaide Aparecida da Silva, alguns pais, alunos, professores, a diretora escolar Sra. Eleuza de Paula Rodrigues Neri e a Pedagoga do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude – CAOPIJ, Francirene do Carmo Ferreira da Silva, conforme lista de frequência em anexo, para tratar de assunto referente a reposição das aulas devido à greve dos Professores Municipais da capital Palmas, que ocorreu entre os dias 05 e 27 de Setembro de 2017. A Escuta teve início com a fala da Dra. Zenaide sobre a necessidade de ouvir os pais, alunos e professores sobre os dias letivos durante o período da greve. A Orientadora da Unidade Escolar disse que foi colocado um calendário de forma arbitrária por parte da Semed, que chegou para o cumprimento sem pedir sequer a opinião dos envolvidos no processo. Ela disse também que há na UE, vários calendários de reposição que já foram até mesmo protocolados na Semed e Também no Ministério Público e que não obtiveram resposta, quanto a possibilidade de a a equipe escolar poder ou não cumprir com o que foi acordado, inclusive os profissionais serem ressarcidos dos dias, cortados em seus pontos. Ela cita também que os dias estão se passando e correndo o risco de não ser mais possível o cumprimento do mesmo se não houver uma resposta formal dando aval para o cumprimento do mesmo. Ela ainda afirmou que se forem recusadas as propostas emitidas pelo UE, haverá a necessidade de se fazer nova reunião para definição de novas datas para que novamente se registrem em ata e novamente se proceda aos transmites posteriores. A Diretora Sra. Eleuza diz que falou com a Secretário Municipal de Educação onde a mesma pediu para que fosse revisto a situação dos salários e reposição dos profissionais daquela Unidade Escolar, ela afirma que o Secretário demonstrou interesse em rever a situação sobre os cortes de ponto e diz ainda que naquela UE houve uma paralisação muito grande dos profissionais ficando apenas 09 (nove) professores para atenderem a 462 alunos. A escola atende 10 (dez) turmas de tempo parcial e 03 (três) de tempo integral. Durante a paralisação, 02 (dois) professores, demonstraram o desejo de ficar em atendimento as suas turmas pois não aderiram ao movimento e deram continuidade a suas atividades e no terceiro dia voltaram alguns. Portanto o que funcionou na escola foram 02 turmas de tempo parcial e 01 (uma) turma de tempo integral. A diretora afirma que a secretaria mandou 04 (quatro) profissionais para darem suporte aos dias de paralisação. Dentre eles estavam 02 com formação em Pedagogia, 01 com formação em Letras e 01 com nível médio. A diretora afirma que a secretaria mandou esses profissionais para o pedagógico e também para o suporte administrativo da escola. A diretora afirma que não houve aula normal e que nenhum dia durante a greve houve alunos suficientes para que fosse considerado letivo. Segundo relato dos professores, os alunos estavam sendo recepcionados por pessoas sem formação acadêmica necessária para trabalhar com os alunos. Uma professora Tatiane diz que recebeu ligação de uma mãe reclamando que sua filha havia sido recepcionada por uma pessoa estranha. A diretora afirma que a pessoa citada pela mãe era uma funcionária substituta que teria vindo para dar suporte a área administrativa e que a mesma foi retirada do serviço ao qual estava fazendo. A Professora Alauri diz que chegava às 7:30h e era responsável por recepcionar a chegada dos alunos. Porém a Sra. Albanir, mãe do aluno Artur, disse para professora Tatiane que seu filho havia sido recepcionado por duas vezes por pessoas estranhas. A Professora Tatiane diz que todos que participam da comunidade escolar solicitam dos dirigentes um mínimo de respeito, ela diz também que isso não deve partir apenas da direção da escola, pois, a estratégia de reposição ao qual foi apresentada pela rede não respeita em nada os anseios da comunidade escolar. O calendário de reposição vem como ordem de cima para baixo sem respeitar a voz dos participantes do processo desrespeitando a vontade da maioria, sem promover nenhum diálogo com nenhuma das partes. Ou seja, nem pais, e ou profissionais e ou sindicato.

Dra. Zenaide pergunta se a escola montou algum calendário de reposição com a opinião dos pais e teve resposta negativa. Ela pergunta qual o motivo dos pais ainda não terem sido chamados para também participar? A diretora diz que chamou o grupo e as advertiu que o melhor seria criar uma boa proposta para apresentar aos pais numa possível assembleia, pois sem uma proposta seria um tiro no pé. A Promotora diz que no dia 07 de novembro de 2017, as 14 horas, haverá uma Audiência de conciliação e que o ideal seria, que as comunidades escolares tivessem uma autonomia para decidir um melhor calendário e de forma que ficasse melhor para todos os envolvidos no processo e que isso fosse resolvido de forma democrática, ouvindo todos os envolvidos. Cada escola deve rever sua situação. Cada caso é específico e diferenciado de outro, e ainda lembra que, haverá alunos que migrarão para outras escolas e não podem sofrer com reposição letiva para o ano de 2018. Isso ficaria complicado para quem sairá da escola no final do ano letivo de 2017. O que a Semed não pode é tirar a autonomia das escolas, de decidirem em suas comunidades escolares, os melhores direcionamentos para sua clientela, dando voz e vez aos envolvidos no processo. Ressaltou ainda que o MPE-TO exigirá que sejam respeitados os 200 dias letivos e o mínimo de 800 horas/aulas, bem como o cancelamento das faltas, pois se não houve aula normal o aluno não pode ser penalizado e que as reposições sejam realizadas de acordo com o que a comunidade escolar decidir, porém, as reposições devem ser realizadas com qualidade para que o aluno não seja prejudicado. Segundo as falas dos Professores, a Semed não quer negociar de forma democrática, nem a reposição das aulas e tão pouco os cortes de ponto. A Promotora deixa claro para a todos os participantes da oitiva que para o MPE-TO ficou bem claro que não houve aulas normais, por não haver alunos e nem professores em quantidade normais, e que os conteúdos também não foram ministrados de forma normal. Portanto a Unidade Escolar deverá em assembleia e democraticamente, criar seu calendário de reposição de maneira que não prejudique o aluno e que essas reposições sejam de qualidade. Por não haver mais nada a tratar, eu Francirene do Carmo Ferreira da Silva, secretariei e lavrei essa ata. Segue em anexo todos os documentos coletados nesta Escuta Escolar.

Palmas – TO, 26 de Outubro de 2017.